



Por: Jandira França – Arquiteta e urbanista –

VALORIZAÇÃO DO ARQUITETO

Os profissionais da arquitetura e do urbanismo são em primeira instância os produtores das cidades. São os autores dos projetos urbanísticos e de edificações. São os profissionais que dão feição e vida às cidades, portanto cabe a eles estarem atentos ao que acontece e ao que se reivindica porque lhes cabem responsabilidades pelo que se fez ou que se deve fazer.

São esses profissionais que fazem os planos, os projetos, as leis de uso e ocupação do solo, definem os parâmetros urbanísticos, analisam os projetos, enfim, são responsáveis pelo que acontece no território das cidades.

São profissionais de grande importância para os municípios e infelizmente não estão presentes na maioria deles. Na Bahia são mais de 3.000 mil profissionais e dos 420 municípios, os arquitetos estão presentes em apenas 95 deles. Isso implica que as suas atribuições estão sendo desempenhadas por outros profissionais ou por pessoas leigas sem qualificação e sem qualidade na produção.

Uma das razões para a ausência dos arquitetos nas cidades do interior é a baixa remuneração uma vez que a lei que regulamenta a questão salarial é desrespeitada, principalmente pelo poder público que por não entender a necessidade do profissional não o contrata para os seus municípios.

Nesse momento de manifestações, de reivindicações relativas a qualidade no transporte público, qualidade de vida, prioridade nos investimentos e nas intervenções no espaço público nas principais cidades do país, cabe aos profissionais da Arquitetura e Urbanismo uma reflexão, principalmente por

terem as cidades como *locus* das suas atividades, seja como coordenadores de equipes produtoras dos diversos Planos (Diretores, de tráfego e transportes), das Leis Urbanísticas, etc., além e principalmente dos projetos arquitetônicos e urbanísticos que se rebatem todos no espaço urbano e na qualidade de vida dos cidadãos.

O poder público quando da elaboração dos diversos planos, principalmente Planos Diretores e Legislação Urbanística sofre a influencia do mercado com seus interesses na valorização das terras com abertura de vias, definição de corredores de usos implantação de infra estrutura, com índices urbanísticos favoráveis aos seus empreendimentos o que leva a implantação de empreendimentos que transformam os corredores de tráfego em avenidas intransitáveis em detrimento de uma qualidade do espaço urbano, levando a lucros exorbitantes.

O Poder público, nas três instancias, define as prioridades sem submeter ao referendo popular nem das entidades profissionais organizadas e com profissionais qualificados que mesmo que opinem não são considerados. Contrata os diversos planos, legislações e projetos mediante licitação considerando geralmente o menor preço em detrimento da qualidade, tendo como desculpa a lei de contratação. Os produtos contratados e entregues são básicos, sem o detalhamento necessário para aplicação, cabendo à empresa contratada fazer os ajustes, detalhar e cobrar valores muito acima do valor quando licitado pelo projeto básico, normalmente com a justificativa da falta de tempo, sofre acréscimos exorbitantes para serem detalhados e elaborados os diversos projetos complementares, é o caso dos estádios da copa, dos aeroportos, dos complexos viários, etc..

Quanto à iniciativa privada, em face dessa atuação do estado contratante e produtor, fica com a bola cheia (em alusão ao período de copas que estamos) e faz o que quer. Projetos são contratados e implantados com o objetivo de serem lucrativos, a qualidade passa bem longe.

Nessa produção destaca-se a relação do profissional com os entes contratantes, o poder público e a iniciativa privada. O profissional, nesse

processo é a parte mais fraca. Os trabalhadores do estado têm remuneração aviltante, abaixo do piso estabelecido em lei e os contratados especificamente para produção de projetos se não forem estrelados também são remunerados abaixo do valor real.

Aqueles contratados pela iniciativa privada são pressionados para praticarem preços irrisórios ou elaborarem projetos de risco com remuneração atrelada à aprovação pela prefeitura e isso demanda um tempo acima do real e legal.

Os arquitetos precisam e devem ter consciência da sua importância para as cidades, precisam se valorizar para serem respeitados e valorizados.